

A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz

Maria Ignez Paulilo
Universidade Federal de Santa Catarina

Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

As falas de D. Adélia Schmitz, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), são recortes de entrevistas¹ e conversas informais mantidas desde 2000, quando ela era ainda militante e liderança do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC). A última conversa foi bem recente e também a que inspirou a realização deste trabalho. Resultou de uma palestra seguida de debate sobre o MMC, promovida pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG), no dia 5 de março de 2007, e realizada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC), em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

A história de Adélia Maria Schmitz confunde-se com a história do MMA/SC. Esse movimento iniciou suas atividades ainda no início da década de 1980, no interior de Chapecó, na época na comunidade de Nova Itaberaba.² O Movimento marcou o início de debates sobre questões específicas que envolviam as mulheres agricultoras e não apenas aquelas concernentes à terra e à agricultura. A partir de 2004 o MMA/SC, assim como outros movimentos autônomos de mulheres (agricultoras/trabalhadoras rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, meeiras, diaristas, arrendatárias, posseiras) de outros estados, encontram-se unificados como um só movimento nacional: MMC.

Copyright à 2007 by Revista Estudos Feministas

¹ Todas as entrevistas foram realizadas por Maria Ignez Paulilo. Para efeito deste trabalho, utilizaram-se as entrevistas e também o debate que se seguiu à palestra de D. Adélia Schmitz na UFSC em 5 de março de 2007. As transcrições foram feitas por Iraldo Matias, Lara Bauermann, Michele Bete Petry e Valdete Bonin.

² Em 26 de setembro de 1996, Nova Itaberaba passou a ser município.

As entrevistas realizadas com D. Adélia Schmitz são muito importantes no sentido de avaliarmos a adequação das teorias de gênero disponíveis para explicar esse tipo de movimento surgido no Brasil, há mais de vinte anos, que é o MMC.

Uma das perguntas mais recorrentes feitas sobre o MMC é: por que, em 2004, as militantes, depois de terem se reunido várias vezes, decidiram trocar o antigo nome de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pelo qual era conhecido nacionalmente (embora em Santa Catarina permanecesse a sigla MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras), pelo atual? Duas explicações nos foram dadas. D. Adélia nos diz que, durante um seminário, um especialista explicou-lhes que, na origem, “camponês” seria aquele que produz sua própria alimentação e essa é uma das bandeiras de luta do Movimento, traduzida pelo tema “Gênero, agroecologia e soberania e segurança alimentar”, difundido no Dia Internacional da Mulher neste ano de 2007. D. Beatriz, agricultora orgânica de São Joaquim, SC, em conversa ocorrida em 2005, afirma que a mudança de nome foi uma decisão amadurecida em diversos encontros, e que a palavra “camponês” se refere a todos que estão no campo: produtores rurais, meeiros, agregados, quebradeiras de coco, cortadores de cana, etc.

Essas duas explicações não se excluem, complementam-se e alargam a abrangência do conceito. Para D. Beatriz, trabalhadores rurais são também camponeses, mesmo que trabalhem em empresas agrícolas bastante capitalizadas, desde que sua atividade esteja ligada à terra. D. Adélia, em uma de nossas conversas, diz que, mesmo que a família desenvolva a produção de forma integrada à agroindústria, não significa que ela perdeu as raízes camponesas. Definir-se como camponês exige das famílias a produção de sua própria alimentação de forma saudável. Para D. Adélia e D. Beatriz, a concepção mais comum de camponês é a de um produtor rural de auto-sustento e renda a partir dos princípios da agroecologia.

O que a ressignificação do “ser camponês” nos diz é que a prática dessas mulheres está levando à construção de uma nova identidade. O fato atrai logo muitas críticas. A principal delas é que o termo “camponês” não é uma categoria nativa de muitos grupos considerados como parte do campesinato nacional. Em que pese a veracidade da contestação, deve-se recordar que o termo apareceu sempre em situações de luta, como foi o caso das Ligas Camponesas nos anos anteriores ao Golpe de 1964. Joan Scott, em seu belíssimo artigo “Experiência”, nos diz que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”.³ Afirma também que “a identidade é um terreno de contestação, o local de exigências múltiplas e conflitantes”, e que, se não a historicizarmos, perdemos seu sentido. Portanto, tentar buscar uma ‘essência’ do que seria o camponês, procurando algo em comum entre aquele que

³ SCOTT, 1999, p. 27 e 37.

era assim chamado na Europa feudal e os que assim se consideram na atualidade, é um esforço vão. O ponto mais comum que encontramos não está relacionado com qualquer essência, mas com a forma de relação que a sociedade inclusiva mantém com esse grupo ao longo da história, qual seja, o preconceito, como bem mostra Ciro F. Cardoso.⁴

Há, ainda, uma crítica mais antiga, dirigida às mulheres do MMC por outros movimentos de mulheres rurais, como as militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, relativa ao fato de se reunirem entre si, com participação masculina quase nula, o que é considerado um comportamento radical demais, na medida em que 'divide a luta', ou seja, existe uma luta mais importante que todas, que é aquela baseada fundamentalmente em questões de classe, sendo as de gênero complementares (são 'lulinhas'). O MMC discorda; considera que as mulheres precisam de um espaço só delas. O homem, que é seu companheiro no dia-a-dia, também é uma fonte de repressão através do poder desigual que a sociedade lhe atribui. A desigualdade atravessa múltiplas esferas e, talvez por isso, Céli Pinto tenha identificado nos movimentos autônomos de mulheres uma "radicalidade própria" que "corta radicalmente todas as práticas e constitui o sujeito a partir do reconhecimento e presença do corpo da mulher, a marca irredutível de sua condição".⁵

A estratégia de se reunirem apenas entre mulheres, para poderem transformar suas insatisfações pessoais em concepções de mundo e de justiça coletivas, encontra paralelo no comportamento que James Scott encontrou ao estudar grupos subordinados na Ásia.⁶ Para ele, há entre seus membros dois tipos de discursos: as "transcrições públicas" e as "transcrições ocultas". Enquanto as primeiras estão abertamente declaradas, as segundas são pronunciadas *offstage*, longe da presença inibidora dos dominadores. É nos espaços compartilhados só por seus pares que uma explicação coletiva, alternativa e crítica do discurso dominante pode ser elaborada. É nos encontros do MMC que as mulheres buscam uma explicação do funcionamento da sociedade a partir de suas dificuldades cotidianas, sem ter de primeiro se submeterem a uma 'politização' baseada no conceito de "classes sociais" que não encontra caminho fácil no seu dia-a-dia, principalmente na relação com pais, maridos e filhos.

Teorizando sobre uma prática nascida do cotidiano, principalmente no que se refere à saúde, alimentação e meio ambiente, vamos encontrar Bina Argawal.⁷ Para ela, como são as mulheres que cuidam da alimentação e da saúde da família, além da busca de água, lenha e outros materiais combustíveis em remanescentes das matas, elas se encontram em uma posição privilegiada para perceberem e tentarem

⁴ CARDOSO, 2002.

⁵ PINTO, 1992, p. 132.

⁶ SCOTT, 1990.

⁷ ARGAWAL, 1994.

mudar o que lhes exige demasiado esforço e causa danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Bina Argawal se contrapõe à visão essencialista de Vandana Shiva e Maria Mies,⁸ que afirmam que a mulher está mais próxima da natureza que os homens. Entre as mulheres do MMC encontramos com frequência visão semelhante que associa o fato de, por serem elas a darem a vida aos filhos, são elas que também têm uma grande contribuição e podem preservar e recuperar a vida do planeta. Assim como a semente de um novo filho é plantada em seu ventre, elas cuidam para que a grande variedade de sementes crioulas não desapareça da terra, o que lhe roubaria grande parte de sua fertilidade. Do mesmo modo, elas se preocupam com a água que faz com que tudo germine e que está sendo 'roubada' por grandes extensões de reflorestamento com eucaliptos que vêm secando rios onde se instalam.

O que percebemos, então, é que grande parte das correntes feministas temem qualquer essencialismo que aproxime a mulher da natureza, pois foi essa aproximação que levou a sociedade a – ao procurar submeter a natureza a suas necessidades – subordinar também a mulher. Para as militantes do MMC, acreditar na relação entre mulher e vida é algo que lhes dá motivação e legitimidade para lutarem por melhores condições de alimentação e saúde, tanto da humanidade quanto da terra.

O risco que há na diferença entre as duas visões é que elas sejam retiradas do contexto da prática e levadas demasiadamente a sério por uma tendência 'missionária' de 'colonizar' o entendimento do mundo dos grupos oprimidos. O que está claro nas formas de luta do MMC é que, independentemente dos valores últimos que lhes dão suporte, é o cotidiano que lhes serve de base e estímulo. É por isso que D. Adélia diz: "as coisas mais fáceis de articular são as coisas mais práticas, [...] as mulheres querem ver os resultados". Elas começam no cotidiano, mas, para ver os resultados, vão muito longe desse cotidiano como quando, em 8 de março de 2006, 2 mil mulheres da Via Campesina destruíram um laboratório de plantas da Aracruz Celulose, uma grande empresa de reflorestamento.

Adélia Schmitz nasceu no Rio Grande do Sul e vive há mais de 50 anos em Itapiranga, extremo oeste de Santa Catarina. Atua, como liderança, primeiro no MMA e depois no MMC desde 1991; são 16 anos, portanto, de luta. Começou como líder da comunidade e, em suas próprias palavras, "com medo de tudo, que só sabia cozinhar, tirar leite, trabalhar na roça". Mas "foi indo", descobrindo e sentindo que tinha outras capacidades para além da administração da sua propriedade. Aos poucos, nesse processo de subjetivação, D. Adélia passou a integrar a Coordenação Regional, depois a Coordenação Estadual, e atualmente está terminando o quarto

⁸ SHIVA e MIES, 1993.

mandato (de três anos cada) na Executiva Estadual do MMC. Foi também durante muitos anos integrante da Coordenação da Articulação Sul⁹ e durante cinco anos participou da Coordenação Nacional.

⁹ A Articulação Sul passou a se organizar em 1984 com o apoio da Comissão da Pastoral da Terra e reunia, primeiramente, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mais tarde passou a reunir também os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

¹⁰ Nas transcrições – tanto das perguntas quanto das respostas – foram retirados as repetições e os vícios de linguagem. Optou-se, também, em transcrever as falas respeitando o uso formal da língua portuguesa.

Maria Ignez Paulilo: D. Adélia, conte-nos um pouco sobre sua história no Movimento.¹⁰

D. Adélia: Eu fui me achando dentro do Movimento e, como coordenação nacional, trabalhei praticamente em quase todos os estados do Brasil e tive muita oportunidade também de ir para conferências em outros países. Fui para vários países da América Latina, e até a Índia, dois anos atrás, coisa que nunca me passou pela cabeça. Mas o Movimento faz a gente crescer. Eu não tive oportunidade de estudar, estudei só até a segunda série do ginásio, isso nos anos 60. Aí eu comecei a trabalhar no comércio, porque eu sou camponesa, morava perto da cidade e tive que ajudar os meus pais porque o meu pai era muito doente. Então eu comecei a trabalhar no comércio para ajudar a sustentar a casa. Sou a segunda de 11 filhos, eu queria estudar meio dia e trabalhar meio dia, porque o estudo era só durante o dia na época, não tinha aula à noite, e daí ou eu trabalhava o dia inteiro ou não trabalhava, e assim eu larguei os estudos e só trabalhei. Depois namorei um agricultor, casei com um agricultor e voltei para a roça, sou mãe de cinco filhas e um filho. A gente está dando oportunidade para eles estudarem; os que não estão formados estão cursando uma faculdade. E eu me sinto uma pessoa, assim, de muitas maneiras, privilegiada. Nunca estive doente na minha vida, estou com quase 60 anos.

Maria Ignez: Quando é que a senhora começou a participar do Movimento de Mulheres Agricultoras?

D. Adélia: Desde 1991. De 1990 em diante já, mas eu entrei como liderança a partir de 1991. Eu comecei como líder na minha comunidade. E a líder da comunidade ia para a reunião do município, da coordenação municipal, e tinha como tarefa repassar o que foi discutido na comunidade, para que todas as mulheres ficassem sabendo do trabalho de movimento de mulheres. E depois eu já passei, porque o trabalho me interessou, eu gostei, [...] para a coordenação do município, e da coordenação do município passei para a coordenação regional, que são os municípios organizados por proximidade, e daí fui indo para a direção no Estado, e depois já para a direção da Articulação Sul. Tudo evoluindo, não assim de uma hora para outra.

Maria Ignez: E o que deu na sua cabeça quando a senhora resolveu entrar para o Movimento?

D. Adélia: Eu vinha sendo convidada há muito tempo, porque eu quando jovem sempre fui uma liderança. Eu sempre tive facilidade de captar as coisas. Mas como eu morei com a

sogra, ela era muito doente, eu não podia assumir nada. Também criei os meus seis filhos morando 20 anos com a sogra... Ela morreu com 80 anos, só depois eu comecei a militar. Então a mulherada me convidava para o Movimento, para eu dirigir. A minha sogra morreu em fevereiro, em março, abril eu já fiquei líder da comunidade. A primeira reunião que fui na sede do município eu acordei de coisas que eu estava fazendo errado na minha família. Porque eu era aquela mulher que queria atender a todos da melhor maneira possível. Eu trabalhava de noite, eu fazia tudo. O meu marido vinha em casa da roça, eu pegava a toalha, a roupa tudo passadinha, empilhadinha e oh! Para o banheiro. Tudo assim. Eu achava que isso era tarefa minha. Hoje eu não faço mais. "Olha, a roupa está na gaveta." Cada um sabe onde é. Cada um pega a sua. Eles também têm que fazer alguma coisa. Eu fazia tudo, tudo, tudo, ninguém limpava o seu sapato. Eu limpava todos, lustrava todos, se não tinha outra hora eu fazia de noite. Hoje não, cada um limpa o seu sapato, lustra o seu sapato. Vamos dividir tarefas, não é? E eu sempre estava em casa com a sogra. Domingo, porque quando a sogra não saía, quem estava em casa com a sogra era eu. Os outros iam para o jogo, e daí eu tirava leite de noite cedo. Tratava todos os porcos. Quando eles vinham, domingo de noite em casa, estava tudo prontinho, tudo prontinho. E o Movimento me ensinou isso. Eu acordei. Pensei: "Ah, bom!". Aí eu comecei, sem briga, eu consegui mudar. Não tratei mais porco, só tirei o leite das vacas. "Deixa eles fazerem depois." Eu aprendi no Movimento que tem que repartir as tarefas.

Maria Ignez: É esse o problema de a mulher ficar muito presa. Dá isso que chamam o "famoso problema dos nervos", que a gente vê muito no meio rural. A senhora acha que isso afeta a mulher?

D. Adélia: Ela não vê outra coisa, não é? Eu não ligava para nada. Questões sociais? Não enxergava. Questões políticas? Não enxergava. Era aquele mundinho ali. Hoje não, muitas coisas me interessam ao redor.

Maria Ignez: Mas a senhora sentia que alguma coisa não estava boa?

D. Adélia: Não, não. Eu achava que estava fazendo o certo. As primeiras reuniões é que já me fizeram acordar, fizeram eu sentir o gosto. Pensei: "Mas sabe que é isso mesmo!". E numa reunião, uma das primeiras também sobre a questão de gênero, ela [a coordenadora] disse: "Olha como é com facilidade que quando alguém pergunta, é com facilidade que respondemos: nós somos esposa de fulano de tal". Quan-

do nós vamos comprar uma coisa a nota sai com o nome do seu marido. Nós também temos nome, também somos alguém, também temos identidade. Nós não somos só a esposa de fulano de tal. Eu disse: "Mas sabe que a senhora está certa! Nós estamos fazendo tudo errado". Sai da reunião, fui no mercado, me caiu os óculos, quebrou. Fui no oculista, porque sem óculos não leio. Fui no oculista para arrumar meus óculos. Ele disse: "Vou ter que deixar seus óculos aqui, não vou poder fazer agora. A senhora pode deixar até amanhã?". " – Posso." Daí ele pegou um bilhete: "Como é o nome do seu marido?" *Bum!* Me lembrei da reunião. Daí disse: "Meu nome é Adélia Schmitz". " – E o nome do seu marido?" Eu disse: "Ponha lá: Adélia Schmitz, sou eu quem está mandando arrumar os meus óculos, não meu marido". Pus logo em prática, porque logo me lembrei. Assim eu fui indo. Eu via assim com gosto. Eu achei que estava correta aquela informação e daí fui indo. Deslanchei.

Maria Iñez: Qual é a missão do MMC?

D. Adélia: Qual é a nossa missão? Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se caracteriza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular onde as mulheres sejam protagonistas de sua história, porque não adianta eu querer libertar uma mulher se ela é oprimida. Se ela sofre violência na sua propriedade, não adianta eu querer libertá-la, ela tem que fazer a sua parte também, não é? Então ela tem que ser sujeita da sua própria história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e desses com a natureza. Então nós queremos que também se cuide da natureza.

O MMC se caracteriza por ser autônomo: quem decide os rumos são as mulheres organizadas no MMC, nós não somos mandadas por sindicatos, por igrejas, nós mesmas definimos o que nós queremos. As decisões, somos nós que tomamos; somos um movimento democrático e popular, as mulheres têm voz e voto. O MMC busca organizar todas as mulheres trabalhadoras do campo. Somos um movimento classista, das mulheres trabalhadoras do campo que compõem a classe trabalhadora. Então é um movimento de mulheres que trabalham no campo. Somos construtoras de novas relações de igualdade com as pessoas, com a terra, com a água, com a natureza e a vida como um todo. Um movimento de luta para transformar a sociedade e as relações, por isso nós já participamos de muito enfrentamento.

O MMC do Brasil se pauta em sua práxis. Em sua ação camponesa popular feminista tem os seguintes valores: a

responsabilidade individual e coletiva de continuar na luta; respeitar as diferenças; ética; disciplina. Então essas coisas são muito fortes: construir novas relações; assumir as decisões coletivas; solidariedade; amor à luta; companheirismo; valorização da mulher. Porque nós decidimos tudo na coletividade, não existe presidente que tem a última palavra. Nós decidimos tudo no coletivo e, se antes o que eu pensei não foi vitorioso, a gente sempre se afina; o que o coletivo decidiu a gente faz: capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de novos limites; espírito de sacrifício; mística revolucionária e feminista. Isto sempre se diz, quem diz "luta" também diz "sacrifício". Porque se estamos numa mobilização as coisas, às vezes, são bem cansativas para a gente. Mas o nosso objetivo é muito mais forte do que o cansaço físico e assim por diante.

Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos: por direitos sociais, garantia de uma Previdência pública universal e solidária, salário-maternidade. Foi uma conquista nossa a aposentadoria da mulher com 55 anos e homem, 60. [Lutamos por] saúde pública integral com atendimento humanizado para todas e todos, SUS, um direito conquistado em lei; fim da violência contra as mulheres da classe trabalhadora; por uma agricultura camponesa com políticas públicas na agricultura, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar e reforma agrária, crédito especial para as mulheres, que é uma luta também; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, e com monocultura a biodiversidade vai desaparecendo; acesso e garantia de documentos pessoais e profissionais, bloco de notas de produtora rural em todos os estados do Brasil, campanha nacional de nenhuma trabalhadora rural sem documentos. Nós já estamos há muitos anos trabalhando nisso e ainda há estados em que não existe o bloco de notas. Mas a grande maioria das mulheres hoje tem os seus documentos. Há uns 10, 15 anos atrás era uma minoria porque a mulher ia muito na sombra do marido, se ela precisava de algum documento pegava o documento do marido, como se ela não precisasse. A partir dessas campanhas as mulheres começaram a se valorizar e fazer os seus documentos e o nome junto, a gente sempre trabalhou com as mulheres, o nome junto com a conta no banco com o companheiro. Tem que aprender essas coisas, e hoje tem muitas mulheres rurais com carteira de motorista e antes não existia.

As mulheres se valorizavam tão pouco: "Ah, se o marido sabe"; "Ah, se o marido tem está bom". Hoje é diferente, mas é toda uma conscientização que a gente tem que fazer em cima disso e muitas vezes a gente escutava das próprias mulheres, porque elas acham: "Ah, porque eu sou uma trabalhadora

rural, eu posso andar de qualquer jeito". Nós temos tanto direito de se vestir bem e se arrumar como as mulheres da cidade. Nós não somos diferentes, apenas somos diferentes na profissão, mas não em direitos. E a gente começou a trabalhar isso muito com as mulheres, e a gente escutava muito: "Ah, mas eu sou uma mulher da roça, isso são coisas para a mulher da cidade". Que nada, são coisas para nós também! Por nós sermos trabalhadoras da roça, nós não precisamos andar relaxadas. E foi justamente isso que a gente sentiu em Brasília, nas primeiras audiências. Eu participei uma vez que nós tínhamos uma audiência marcada e nós fomos com um deputado. Chegamos à sala do dito senhor deputado, ele disse: "Não, eu agora não posso receber vocês, eu tenho uma audiência com as mulheres agricultoras!". E daí, sabe, eu disse: "Não, mas eu estou aqui com as mulheres". O ministro falou: "Não, não são essas mulheres, são as mulheres agricultoras que eu vou receber!". Eu disse: "Senhor, nós somos as agricultoras!". Daí eu pensei, meu Deus, como esse homem imaginou que nós vínhamos? Desleixadas, chapéu de palha na cabeça? Não sei o que ele imaginou! Porque nós também podemos nos vestir bem, ainda mais quando vamos nesses lugares, imagina! E ele saiu com essa, então não existe só a discriminação de classe. Aliás, sempre se diz que não tem discriminação de classe, mas eu senti várias vezes isso na pele!

Maria Iñez: E quanto à organização do MMC?

D. Adélia: A instância máxima é a Assembléia, tanto a Assembléia Nacional como a Assembléia Estadual. Há também o Grupo de Base que é lá na comunidade onde nós moramos. As Direções Municipais, as Direções Regionais, as Direções Estaduais, a Coordenação Nacional e a Direção Executiva. Neste ano de 2007, em Santa Catarina, é o ano das Assembléias. Depois do 8 de Março nós já vamos começar com a discussão lá nas nossas comunidades, depois acontece a Assembléia Municipal, depois a gente faz a Assembléia Regional, e em outubro a grande Assembléia Estadual, isso acontece a cada 3 anos, e na Assembléia Estadual a gente tira as linhas, as prioridades que serão trabalhadas nos próximos 3 anos. Então aquela mulher lá da base, ela tem oportunidade de ajudar a construir o que nós vamos fazer para a gente, como é que nós vamos trabalhar. Então isso é um pouco a organização do MMC.

Maria Iñez: Quais as coisas que são mais fáceis de articular e quais são as mais difíceis?

D. Adélia: As coisas mais fáceis de articular são as coisas mais práticas. Porque as mulheres querem ver o resultado das coisas.

Então foi muito mais fácil mobilizar em prol da aposentadoria, em prol do salário-maternidade. Ai, nós mobilizamos com facilidade. Agora, hoje, tu tens mais dificuldade de mobilizar porque a coisa não aparece tão concretamente. Por exemplo, agora tu vais mobilizar pela luta da Previdência e a dificuldade é tu conseguires..., então a coisa se torna visível. As mulheres querem ver os resultados.

Maria Ignez: O movimento das mulheres camponesas tem bandeiras específicas levantadas. Gostaria de saber qual é a relação ou como é que vocês se articulam com outros movimentos?

¹¹ A Via Campesina começou a se organizar no final dos anos 80, início dos anos 90. Sua consolidação – depois de um processo marcado por diferentes reuniões, seminários e encontros, em diferentes países – deu-se num Congresso, no México, em 1996, com a participação de 69 organizações camponesas de quatro continentes. No presente a Via Campesina é um movimento mundial que aglutina e coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

D. Adélia: Entidades ou movimentos internacionais. Com entidades e movimentos que constituem o conjunto da Via Campesina Internacional,¹¹ organização de mulheres e outras entidades, as quais têm por orientação princípios de acordo com o MMC. Então hoje nós não estamos só articuladas em nível de país, porque nos outros países também existem movimentos de mulheres camponesas. Então hoje já acontecem conferências mundiais das mulheres do campo e nós participamos sempre delas. Aconteceu na Índia, no México, nem me lembro mais de todos os países, geralmente Santa Catarina tem representação nessas conferências. E acontecem também as conferências do Cone Sul, acontecem as conferências latino-americanas de que nós também participamos. Então a gente vê com bons olhos, e eu tenho muita esperança para frente, porque essa questão das sementes, o resgate das sementes crioulas, produzir as sementes na propriedade, os gêneros alimentícios, são milhares de grupos pelo mundo afora que trabalham. Então, quando eu fui para a Índia tivemos um dia de estudo sobre sementes, lá nós estávamos em quase 200 lideranças da Via Campesina Mundial. Fazem parte da Via Campesina os movimentos ligados ao campo em nível internacional, existem a Via Campesina aqui no Estado, a Via Campesina Nacional, a Via Campesina Latino-Americana e a Via Campesina Mundial que se articulam. Porque achamos que um outro mundo é possível, mas ele tem que ser construído, porque nada vem de graça.

A relação com os outros movimentos, então, como nós falamos antes da Via Campesina, então nós nos enquadrámos nas decisões da Via Campesina Nacional. Da Via Campesina fazem parte o MST, o MAB, que são os atingidos por barragens, o MPA [Movimento de Pequenos Agricultores], a PJR, que é a juventude rural, o MMC, a CPT [Comissão Pastoral da Terra], Feab [Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil], que somos nós, e tem certas [organizações] que estão junto, que são organizações do campo. Então a gente centraliza as decisões essenciais de construção do Projeto. Então a nossa

relação com os outros movimentos é pacífica, e quando nós temos as lutas maiores nós nos juntamos, trabalhamos todos juntos. A gente soma, o que nos une. E quando há atividades das mulheres da Via Campesina, também como nessa atividade aqui [a palestra na UFSC, em 5 de março de 2007], nós temos a relação com mulheres do MAB, do MST, do MPA, que estão junto conosco, aqui nessa atividade.

Maria Ignez: Como é que o Movimento se mantém?

D. Adélia: Quanto à sustentação do Movimento, muito vem das próprias mulheres. E nós também tivemos algumas ajudas de cooperação internacionais. Certas coisas de formação, até uma ou outra emenda parlamentar em nível nacional. [...] Nós tivemos uma na linha da saúde, nós fizemos 40 e poucos seminários de saúde em diferentes municípios [...]. Então são projetos específicos para certas atividades e nisso também entra o material, elaboração de cartilhas na saúde e assim por diante. Mas muito vem das próprias mulheres, porque cada município paga um valor X por ano, o município paga para o Movimento, a regional paga um pouco também, então é assim do jeito que está, mas falta muito dinheiro para fazermos as atividades!!! Muita coisa com certeza podia ser muito diferente, podia ir mais rápido se a gente tivesse a condição financeira. E muitas vezes a gente faz até onde a gente consegue caminhar, porque tu não fazes nada sem dinheiro. É como agora os ônibus que virão [do interior para Florianópolis, para as atividades do 8 de Março], muito vem das próprias mulheres, porque não se tem uma condição financeira para pagar os ônibus. A gente pede ajuda nas prefeituras, nos sindicatos, para os lugares que der. O que vem, vem bem, mas o que não está garantido vem das próprias companheiras.

Maria Ignez: Essas reuniões internacionais sobre as quais a senhora falou são aquelas reuniões da ONU de 1985, 75, ou são outras reuniões?

D. Adélia: Outras reuniões, [como o] Fórum Social Mundial. Ai a gente vai se conhecendo e vamos nos articulando com outras organizações de mulheres, também através da Via Campesina com lideranças que moram no campo e atuam em organizações do campo. Também o MMC participou de reuniões sobre os impactos da Organização Mundial do Comércio sobre a agricultura camponesa.

Maria Ignez: Há muito tempo eu venho acompanhando o movimento de mulheres, e nas relações mantidas entre vocês e o sindicato e o MST percebia-se que antigamente havia alguns pontos de conflito. Por exemplo, quando eu entrevistava

as mulheres no sindicato, os/as sindicalistas achavam que as mulheres não deveriam se reunir só entre as mulheres. Então, há alguns pontos comuns e alguns pontos de conflito. O que a senhora indicaria como pontos em comum e como pontos ainda de tensão?

D. Adélia: Nós fomos muitas vezes questionadas também por entidades internacionais. Quando eu era presidente em nível nacional, a gente estabelecia relações com entidades de outros países. Então nós sempre fomos questionadas: por que um movimento só de mulheres? Porque tem o MST que organiza também as mulheres, tem o MPA que organiza as mulheres, tem o MAB que organiza as mulheres. Então eles achavam que a gente devia se agregar a uma organização dessas, ao invés de um movimento só de mulheres. Mas qual é o problema que nós sentimos? Nesses movimentos mistos, nos poderes de decisão estão geralmente os homens. São poucas mulheres que estão nos espaços onde se decidem as coisas. As mulheres são muito mais tarefas, mandadas pelos homens, do que ocupando espaços de decisão. E nós queremos um espaço onde nós decidimos, por isso nós achamos importante um movimento só de mulheres. Num movimento misto, onde está o homem e a mulher, muitas vezes a mulher se cala e não fala o que talvez ela gostaria de falar. E num espaço só de mulheres nós achamos que é mais fácil as mulheres se abrirem.

Maria Ignez: Sabe que há um autor que fala isso? Ele pesquisou camponeses na Ásia e se chama James Scott. Ele fala que quando as pessoas são oprimidas elas têm mais de um discurso. Têm um discurso que é para o palco, que se fala para todo mundo, e têm um discurso que é aquele baixinho, que se faz atrás do palco. Então ele diz que as pessoas oprimidas têm que se reunir para criar seu próprio discurso, um discurso delas, porque senão estão sempre bloqueadas. Então James Scott fala sobre o discurso do palco e o discurso fora do palco, que é esse que só se pode fazer com as pessoas iguais, senão não se constrói o discurso. Vai-se formulando um contradiscurso, como ele fala. A senhora concordaria com James Scott?

D. Adélia: De certa forma eu acho que sim, porque esses bloqueios normalmente têm muita violência, discriminação, exploração, e que não é tão fácil se libertar, porque nós herdamos uma cultura de suportar, silenciar, obedecer, e enfrentar isso exige força interior.

Maria Ignez: A senhora falou que 19 estados já têm o MMC. Quais são os estados que estão fora?

D. Adélia: São Paulo está fora, Rio de Janeiro está fora, e, no Nordeste, Pernambuco acho que está fora. Amapá não tem.

Maria Ignez: A senhora tem alguma explicação por que esses estados querem ficar fora?

D. Adélia: Lá o MST é mais forte e nós não conseguimos ainda referências. Várias referências nós já tínhamos, várias tentativas nós já fizemos, mas ainda não achamos lideranças de sustentação que de fato continuaram a articular e trabalhar, liderança que assumisse a causa da mulher camponesa. Mas são os estados onde as outras organizações são mais fortes, o MPA, o MST, então as mulheres se articulam mais com essas organizações. Não tem movimento só de mulheres, mas não quer dizer que não tenha nada de organização, são outros movimentos.

Maria Ignez: Em outras entrevistas que fiz, durante todos esses anos, vocês diziam que o MMA tinha uma vantagem: ele era mais livre que o sindicato, pois no sindicato era necessário aprovar tudo em várias instâncias e no MST era igual, e que vocês eram muito mais livres, só organizar, era rápido, enfim. Agora com essa nacionalização ficou mais rígido? Tem que passar por muitas Assembléias antes?

D. Adélia: Não, a gente conversa entre a gente, e a discussão para a Assembléia vem lá da base, primeiro Assembléia Municipal, Assembléia Regional e depois Assembléia Estadual. Nós temos as linhas políticas, essências, princípios, cada região precisa levar em conta sua realidade, a cultura, o modo de vida das mulheres e fazer o Movimento.

Maria Ignez: Porque me lembro também que alguns nos sindicatos diziam: "Ah, nos encontros de mulheres é só aquela choradeira". Porque as mulheres se emocionavam e choravam. Não sei se a senhora chegou a ouvir isso?

D. Adélia: Nunca escutei falar. Mas depende que choradeira que estão falando? Quando trabalhamos a questão da luta contra a violência há choro. Porque a dor, o sofrimento, as ameaças são muito grandes. A violência que permeia as famílias a gente não imagina, e muito poucas vezes vem a público. Isso fica escondido e vem da cultura patriarcal e capitalista que estabelece relação de exploração e violência. Mas já participei de várias choradeiras nos encontros. Eu já participei em muitos momentos em que a gente chorava junto com as mulheres, porque para a gente foi emocionante. Porque tu conseguiste a confiança delas, para elas falarem o que em espaço nenhum elas tinham falado. Isso para a gente é uma conquista, tu conquistares um grupo, falar de coisas

que as mulheres choravam e diziam: “Eu nunca tive coragem de dizer isso aqui em lugar nenhum”. E a gente as incentivava: “Não, solta tudo, solta tudo, pode falar o que está te atrapalhando, o que está te fechando, solta tudo, porque tu tens o direito de ser uma pessoa livre. Se tu começares a falar, quem sabe as coisas ficam mais fáceis”. Eu assisti em muitos momentos às mulheres chorarem. Coordenei uma vez um encontro em que a líder disse para mim..., era um curso de formação de três dias em que se entrava um pouquinho nas particularidades também, daí ela me dizia: “Tem que ir devagar, as mulheres são conservadoras, elas dificilmente vão se abrir”. E daí pensei: “Poxa, quem sabe não vou conseguir nada, mas vou tentar”. Gente do céu! Mas eu chorava com as mulheres! Gente! O que eu escutava! Quanta opressão! Quanta dominação! E elas começaram a soltar. Agora, se tivesse um homem junto isso teria acontecido? Não teria acontecido, por isso é importante um espaço só para as mulheres. Umas coisas das mais absurdas que tu escutavas, e elas choravam e falavam, choravam e falavam. Isso para mim foi uma grande conquista, e eu dizia para as mulheres: o que cai aqui dentro dessa sala tem que ficar aqui, isso não são coisas para se comentar lá fora. Essa disciplina todas têm que ter, não é? Isso nós temos que assumir no grupo, e todas concordaram. Eu nunca escutei mulher nenhuma falar o que saiu lá dentro. Então tem que ter disciplina assumida. Isso, para mim, foi uma grande conquista, consegui fazer a pessoa se soltar para falar, sem ter feito um curso de psicologia. Mas a psicologia tu podes praticar também, tu aprendes também fazendo as coisas.

Maria Ignez: Uma vez uma pesquisadora disse que as mulheres do movimento de mulheres já tinham pertencido a sindicatos, etc. e tinham decidido vir para o movimento de mulheres, e a Lucy [Choinacki] tem achado que não, que era mais fácil as mulheres do MMA, na época, irem para o sindicato...

D. Adélia: Não, nós somos parte do sindicato.

Maria Ignez: Mas, por exemplo, para ser liderança, é comum uma liderança de sindicato de repente deixar o sindicato e ir para o MMC, ou não? Ou é mais fácil o contrário?

D. Adélia: Acontece, quando isso acontece é o contrário. Mas acho que é mais fácil ela ir do Movimento para o sindicato do que do sindicato para o Movimento, porque o Movimento exige, e o retorno financeiro, às vezes, é melhor no sindicato. Porque o sindicato tem uma estrutura que nós não temos. Então lá o trabalho se torna mais fácil que o nosso. Porque a estrutura permite, e não exige, não exige tanto de luta, sacrifício, igual se exige no Movimento.

Maria Ignez: Uma vez entrevistei uma líder sem terra, e ela falou para mim: olha, é o seguinte, o MST luta por terra; o sindicato, agricultura familiar; e o MMA é saúde.

D. Adélia: E a Previdência?

Maria Ignez: Então, como é que a senhora veria isso?

D. Adélia: Não, tem lógica isso. O MST luta por terra... mas precisa de política para o campo, porque com terra, só com terra hoje ninguém resolve mais nada. Então eles chamavam a luta por saúde de 'lutinha' das mulheres.

Maria Ignez: Quem que chamava?

D. Adélia: Ah, as outras organizações, 'a lutinha das mulheres'. Então, mas quem mais puxou a luta pela Previdência foram as mulheres. E nós não estamos pensando apenas em nós, porque lutamos também pela aposentadoria dos homens, da família, do bem-estar. Mas, sabe, às vezes, existem essas coisas de 'picuinagem', como existem em todos os espaços. Nós já escutamos muitas vezes: "Ah, as mulheres com a sua lutinha pela saúde". Mas, e se não tivesse saúde, o que os outros iriam fazer? Nós não lutamos só pela saúde das mulheres, nós lutamos pela saúde do povo. Estamos investindo na produção de alimentos saudáveis a partir dos princípios da agroecologia, na reeducação alimentar, na diversificação da produção, na recuperação das sementes crioulas, enfim estamos dando nossa contribuição na construção do projeto popular de agricultura camponesa.

Maria Ignez: A senhora falou na palestra que vocês são segurados especiais, e fiquei curiosa: por que são especiais?

D. Adélia: Porque o segurado especial não contribui com a Previdência como o trabalhador urbano; nós contribuimos pela produção que nós vendemos. De toda a produção que vendemos da roça: vendemos feijão, vendemos leite, vendemos suínos, ou soja, ou milho, o que for; são descontados 2,5% que vai pra o Funrural e no fim cai lá na Previdência. Esses 2,5%, quem vende muito contribui muito, mas há aqueles que praticamente vendem pouquinho durante o ano e contribuem pouco, mas o benefício é igual para quem é considerado segurado especial. Somos segurados especiais porque não trabalhamos só 8 horas por dia. Não temos final de semana e feriados livres como os urbanos, não temos seguros diante das intempéries. Se morre uma vaca, não temos indenização, e muitas vezes é nosso ganha pão. Precisamos organizar nós mesmas muitos serviços que são obrigação do

Estado: o esgoto, a infra-estrutura da propriedade, rede de água, o cuidado dos doentes, das crianças, dos idosos. Os segurados especiais têm que ser garantidos pelos cofres públicos para receber o benefício da aposentadoria. Nós temos que comprovar a profissão de trabalhadora rural.

Maria Ignez: E existe mais alguma categoria que é segurado especial, ou só o agricultor?

D. Adélia: Não, é todo trabalhador rural, agricultor, as pescadoras artesanais e outros.

Maria Ignez: E existe algum projeto para que o dinheiro não saia da Previdência, e sim saia de algum outro lugar?

D. Adélia: O dinheiro tem que sair dos cofres públicos. O governo tem que implantar medidas de enfrentamento à sonegação, impedindo que as grandes empresas fiquem inadimplentes com a Previdência Social e sejam beneficiadas por mecanismos de renegociação de dívidas, incentivos fiscais e outros mecanismos. Também achamos que o governo deve incorporar ao financiamento da seguridade social a contribuição sobre grandes fortunas, a taxa sobre transações financeiras internacionais, a contribuição sobre a movimentação financeira, e que a contribuição sobre o faturamento do setor do agronegócio seja destinada ao pagamento dos benefícios dos segurados especiais. Se o dinheiro da Previdência fosse usado só para a Previdência..., mas se pega para pagar a dívida externa, para fazer um monte de coisa, menos aquilo..., então...

Maria Ignez: Essa aposentadoria da dona de casa da Lucy [Choinacki], então, acho que será também aposentadoria especial, não é? Vai ser nesta linha?

D. Adélia: É, tem que cair nesta linha. Mas ela já é um pouco diferente de novo porque as donas de casa que se enquadram na aposentadoria das donas de casa são apenas aquelas mulheres em que o marido não ganhe mais do que dois salários mínimos. Se o marido ganhar mais do que dois salários mínimos, elas não se enquadram mais.

Maria Ignez: Mas há um projeto, parece de um deputado, ou de um senador, que prevê a cobrança de INSS, como se fosse o INSS dos agricultores...

D. Adélia: Sim, porque agora na reforma da Previdência existe essa discussão da contribuição individual, que o agricultor tem que pagar uma certa porcentagem sobre o salário mínimo

mensalmente para a Previdência. [...] Mas nós estamos lutando para garantir os direitos previdenciários como está na Constituição e garantir a condição de seguradas especiais.

Maria Ignez: E vocês são favoráveis ou contrárias?

D. Adélia: Não, nós somos contra, porque uma grande parcela da população vai cair fora porque não tem condições.

Maria Ignez: Quando as mulheres invadiram aqueles laboratórios da Aracruz Celulose e destruíram as mudas, eu escrevi um artigo mostrando as razões delas, e fui muito criticada.

D. Adélia: As mulheres também foram criticadas, mas foram muitos os escritos a favor das mulheres.

Maria Ignez: Você sabe que isso um amigo meu falou, porque falei: "Estou tão triste porque todo mundo está falando mal". Eu escrevi um artigo, saiu aqui no jornal da universidade, no *Ambiente Brasil*. Até mandei, não sei se chegou no MMC. Ai ele falou: "Você está enganada, o pessoal assustou, sim, muita gente ficou pensando". Agora a senhora está me dizendo a mesma coisa. Levaram um susto, sim, estão tomando mais cuidado. Então a senhora pensa que realmente impactou?

D. Adélia: Claro, porque a monocultura mata a biodiversidade; debaixo de um matagal de eucalipto nem as formigas se criam, mata a terra! Mata a vida! Porque a terra possui vida. Nem uma abelha, nada vai nessas árvores, e a biodiversidade onde é que fica? A quantidade de água que esses eucaliptos absorvem da terra! As mulheres defendem a vida e querem que as futuras gerações também tenham condições dignas de viver. A função social da terra é produzir comida.

Referências bibliográficas

- ARGAWAL, Bina. *A Fields of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- CARDOSO, Ciro F. "Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas". In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002. p. 19-38.
- PINTO, Céli R. "Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan W. "Experiência." In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. *Ecofeminism*. Halifax, Nova Scotia: Fernwood Publications; London & New Jersey: Zed Books, 1993.